

# Os Profetas Armados: Geopolítica e Pensamento Militar nas Origens do Desenvolvimentismo Brasileiro

## The Armed Prophets: Geopolitics and Military Thought in the Origins of Brazilian Developmentalism

**RICARDO ZORTEA VIEIRA** | ricardozortea@hotmail.com

Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-IE-UFRJ).

**Recebimento do artigo** Agosto de 2015 | **Aceite** Agosto de 2015

**Resumo** A abordagem belicista e a teoria do poder global apontam que a geopolítica, a guerra e a preparação para a guerra foram impulsionadoras da formação dos Estados e do desenvolvimento econômico das grandes potências. O objetivo do artigo é apresentar novos elementos que permitam explorar o impacto da disputa interestatal e geopolítica sobre os processos de centralização política e industrialização que caracterizaram a Era Desenvolvimentista no Brasil entre os anos 1930 e 1970. Nesse período, houve grande protagonismo político das Forças Armadas. Entretanto, na literatura econômica e política sobre essa fase histórica, e nos estudos sobre o pensamento econômico e ação política militar, o elemento interestatal e geopolítico está largamente ausente. Apresentamos então dados de pesquisa empírica feita nas edições da Revista Defesa Nacional publicadas entre 1913 e 1930 que apontam para a existência de um pensamento associado às elites militares do período desenvolvimentista que articulava ameaça geopolítica regional com a defesa da centralização política e da industrialização, diretrizes correspondentes portanto aos desdobramentos históricos posteriores. Argumentamos que os novos dados indicam a viabilidade de uma agenda de pesquisas que incorpore as elites militares e a geopolítica como elementos centrais no entendimento do desenvolvimentismo brasileiro. **Palavras-Chave** Desenvolvimentismo, Elites Militares, Geopolítica, Pensamento Militar.

**Abstract** The belicist approach and the global power theory argue that geopolitics, war and preparation to war were important drivers of state formation and economic development of the great powers. The objective of this article is to present new elements that allow for the exploration of the impact of interstate rivalry and geopolitics on the processes of political centralization and industrialization that characterize Brazil's Developmental Era between the 1930s and 1970s. In this period, there was a huge political protagonism by the Armed Forces. However, in the political and economic literature on this historical phase, and in the studies on Brazilian economic thought and military political action, the interstate and geopolitical element is largely absent. We present then data from empirical research done in the editions of Defesa Nacional Review published between 1913 and 1930. This data points to the existence of a thought associated to the military elites of the developmental era, and that articulates regional geopolitical threat to the defense of political centralization and industrialization, orientations that correspond therefore to the latter historical developments. We argue that the new data indicate the viability of a new research agenda that incorporates the military elites and geopolitics as central elements in the understanding of the Brazilian developmentalism.. **Keywords** Methodological Individualism, *Homo Economicus*, Individual Self-determination and Liberalism.

## Introdução

O Brasil passou, entre os anos trinta e setenta do século passado, por profundas transformações estruturais. Por um lado, sofreu um acelerado processo de industrialização, que o converteu de economia agrária a uma das maiores potências industriais do planeta (Conceição Tavares, 1963, 1974 & 1978; Suzigan, 1975, Bielschowsky & Mussi, 2013). De outro, montou um Estado centralizado, que em grande medida se identificou com a própria agenda industrializante, e foi crucial para o seu sucesso (Draibe, 1985). A modernização foi, assim, o marco desse período histórico nacional. Ao mesmo tempo em que a modernização se efetuava internamente, o país vivia a ascensão externa, tendo derrotado a Argentina na corrida pela liderança dentro da América do Sul (Mello, 2012; Fiori, 2014).

O objetivo do artigo é fornecer elementos que permitam um olhar integrado, próprio da Economia Política Internacional, sobre esses temas, tendo como referência fundamental a geopolítica e o conflito interestatal sobre os processos de centralização política, desenvolvimento econômico e ascensão externa das nações. Para tanto, nos apoiaremos em uma discussão teórica sobre a relação entre esses elementos como aparece principalmente na literatura neoinstitucional histórica e na perspectiva do poder global. Também buscaremos demonstrar em uma revisão crítica da literatura nacional que o peso dos conflitos interestatais na análise dos macroprocessos acima referidos é uma variável em grande medida ignorada nas análises sobre o caso brasileiro. A partir dessa discussão inicial, exploraremos um caminho possível para superar essa lacuna, que passa pelo estudo do protagonismo político, e do pensamento, militar brasileiro. Apresentaremos então dados de pesquisa empírica feita nas edições da Revista Defesa Nacional publicadas entre 1913 e 1930 que indicam haver, no pensamento do grupo militar que exerceu papel-chave na política nacional na era desenvolvimentista, uma clara articulação entre ameaça geopolítica e projetos globais para as áreas econômica e política interna, que são em grande medida correspondentes aos desdobramentos históricos posteriores.

## Geopolítica, Formação do Estado e Desenvolvimento.

Historicamente na ciência e na sociologia política foram muito influentes as teorias que propunham ser o Estado uma arena ou instrumento da sociedade civil e de interesses de grupos e classes específicas, usualmente de fundo econômico. Tal posição se coadunava com a concepção de que as tradicionais motivações identificadas com o Estado em si, entre elas a disputa geopolítica e a guerra, apresentavam uma tendência de perda da importância relativa diante da evolução e do progresso natural sumarizados no avanço do modelo político liberal e do capitalismo industrial (Skocpol 1985, pp. 4-6).

Desde os anos 1970, entretanto, ocorreu nos estudos políticos uma retomada, identificada como neoinstitucionalista histórica, da concepção weberiana de Estado, ou seja, enquanto organização centralizada que exerce o monopólio da violência legítima, e conseqüentemente o controle sobre um território e uma população, desempenhando atividades de cunho diverso ao mesmo tempo em que extraem recursos domesticamente e competem externamente com outros Estados (Amenta, 2005, p. 99). Em consonância com essa definição, se construiu dentro do debate sobre formação do Estado a chamada abordagem belicista, que buscou formular e comprovar através de uma leitura histórica e de longo prazo o argumento de que foram fatores externos, principalmente a competição geopolítica, a guerra e a preparação para a guerra, os principais propulsores do movimento de centralização de poder e

estabelecimento das instituições estatais (Barkley & Parikh, 1991).

Em linhas gerais, a tese belicista propõe que o Estado moderno teve suas origens no ambiente geopolítico da Europa medieval, no qual as unidades políticas viviam uma situação de conflito, ou ameaça de conflito, constante. À medida que os custos, em homens e dinheiro, das guerras e do aparato bélico aumentavam, acompanhando as sucessivas revoluções nos assuntos militares, os príncipes passaram a necessitar de mecanismos capazes de extrair tais recursos das populações e territórios sob seu controle. Por um lado, a própria formação de forças militares profissionais viabilizava, através da coerção, a obtenção de recrutas e de fundos. Todavia, somente a força se mostrou insuficiente nessa empreitada, e assim os governantes dos Estados territoriais tiveram que se envolver em negociações com os súditos, pelas quais o governo direto, o recrutamento e os impostos foram aceitos como contrapartida da concessão e garantia de uma miríade de direitos e instituições representativas para os povos e organizações subordinadas à autoridade central. A fase final nesse processo, denominado na abordagem belicista de “ciclo extração-coerção”, foi a consolidação da vinculação do indivíduo ao Estado através do nacionalismo, nas suas diversas formas (Tilly, 1996; Centeno 2002; Barkley & Parikh 1991).

Os modernos estudos sobre o desenvolvimento econômico não costumam enfatizar a relevância da geopolítica, da guerra e da preparação para a guerra sobre o tema. Nesse sentido, divergem do pensamento econômico clássico, nas suas vertentes mercantilista, neomercantilista e mesmo liberal, que tendiam a ver a defesa como o objeto central, ou uma das principais motivações, da acumulação do capital e do crescimento<sup>1</sup>. Entretanto, principalmente aqueles que realizaram estudos históricos de caso de desenvolvimento, ou adotaram uma perspectiva institucional, acabaram identificando a disputa interestatal como originadora da formulação de estratégias econômicas. Assim, Alexander Gershenkron (1976) argumentou que o desenvolvimento econômico russo obedeceu a um padrão cíclico, reflexivo às necessidades militares do país. O ciclo se iniciaria com a constatação da contradição entre os requerimentos de defesa e a base econômica, que levaria o Estado a assumir o papel de líder do progresso econômico nacional, aumentando a extração sobre a população e o ritmo de desenvolvimento. Uma vez exausta a população pela extração intensiva, e arrefecida a ameaça militar externa, teria lugar uma redução do ritmo de crescimento.

Chalmers Johnson (1986), por sua vez, no seu estudo sobre o papel do Ministério do Comércio Internacional e Indústria japonês no milagre econômico vivido por aquele país no pós-guerra identificou como uma das causas do sucesso da burocracia “desenvolvimentista” a sua adesão a uma ideologia nacionalista. Ademais, essa mesma burocracia havia sido formada e teve sua primeira experiência de planejamento e formulação de política industrial enquanto parte do esforço de guerra japonês nos anos 1930 e 1940, quando o MITI era o Ministério das Munições. A noção de ameaça externa ressaltada por Johnson foi incorporada como um dos pilares da “dimensão volitiva” do Estado desenvolvimentista em Perissinotto (2014)<sup>2</sup>.

A relação entre geopolítica e desenvolvimento econômico adquire contornos teóricos mais elaborados e definidos na perspectiva do poder global, de José Luís Fiori (2014). O autor fundamenta sua análise na noção de poder como relação central por trás da dinâmica social e econômica. A partir daí, afirma que os processos históricos de acumulação de riqueza tem sua origem na sedentarização e constituição do Estado territorial, e especificamente no seu uso da tributação e da moeda como ins-

1 A defesa e a disputa interestatal é tida como prioridade nos estudos clássicos de William Petty (1983) e Adam Smith (1988), e recebe ênfase no pensamento de Friederich List (1983).

2 Para o autor a ameaça externa inclusive faz parte da própria definição de Estado desenvolvimentista, apesar de destituída de conotação geopolítica: “Resumindo, um Estado Desenvolvimentista é, como um tipo ideal, aquele em que uma elite política orientada por ideais desenvolvimentistas e incentivada por um contexto internacional ameaçador é capaz de forjar uma aliança política de modo a sustentar um processo de construção institucional e de formação de uma burocracia econômica que seja, ao mesmo tempo, suficientemente coesa, socialmente inserida, com autonomia e capacidade para formular e implementar uma política de industrialização que redefina, no longo prazo, a estrutura econômica de um país.” (Perissinotto, 2014, p. 13)

trumentos de extração dos recursos necessários para a defesa das fronteiras, guerra e conquista. Na visão de Fiori, portanto, é o poder e o Estado que estão na origem do excedente, da inovação tecnológica econômica e do aumento da produtividade, invertendo o paradigma básico da economia política clássica.

Dentro do que chamou de sistema interestatal capitalista, a relação entre poder e acumulação de riqueza adquiriu formas mais complexas, como a estruturação dos blocos nacionais, em que capitais são associados a determinado Estado territorial como financiadores e sócios privilegiados de sua expansão através da dívida pública e dos sistemas financeiros. Ainda assim, a preocupação básica com a defesa das fronteiras e com as guerras não perdeu sua importância central, que se manifesta nas estratégias de desenvolvimento econômico. De acordo com a perspectiva do poder global como elaborada por Fiori, essas estratégias tem origem em tabuleiros geopolíticos altamente competitivos, que levam em determinados momentos os seus Estados participantes a guerras internas, revoluções sociais ou invasões externas. Tais eventos estão por trás da formação de um sentimento de cerco e ameaça externa, e de um núcleo dentro do Estado independente de coalizões de interesses ou regimes políticos específicos, capaz de formular, executar e sustentar no tempo uma estratégia de expansão do poder nacional baseada nessa noção de ameaça. É como parte e instrumento dessa estratégia que surgem os programas de desenvolvimento econômico.

## **A Industrialização e o Estado Desenvolvimentista Brasileiro: Explicações Econômicas, Interesse de Classe e Elites Industrializantes**

Ainda que a geopolítica e a disputa interestatal tenha sido reconhecida como fundamental nos processos de centralização política e desenvolvimento econômico na Europa e na trajetória histórica das Grandes Potências, esse fator foi largamente desconsiderado nas análises sobre as diversas dimensões da Era Desenvolvimentista brasileira, entre os anos 1930 e 1970. No país, provavelmente as explicações mais aceitas para a industrialização são aquelas que enfatizam principalmente as variáveis econômicas, reunidas em dois modelos, o da substituição de importações e o do “ciclo endógeno” da acumulação industrial brasileira. O primeiro modelo afirma que a fase inicial da industrialização se deu como resposta à redução abrupta da capacidade de importar primeiro colocada pela crise de 29, e que foi tornada incompatível com a demanda interna pela política de sustentação da renda do governo Getúlio Vargas. Essa divergência entre demanda e capacidade para importar, mantida nas décadas seguintes, levaria a uma restrição externa cuja resposta passaria por um esforço, coordenado pelo Estado, de substituição de importações. A industrialização e a ação econômica do Estado em prol desse fenômeno são vistos assim como reflexivos à restrições no campo do comércio exterior (Furtado, 1963; Conceição Tavares, 1963:72).

O segundo modelo toma um caminho diferente para explicar a industrialização na sua fase posterior, que se estende do plano de metas até o II PND, enfatizando uma dinâmica endógena de acumulação da economia brasileira. Para Conceição Tavares, o ciclo que engloba o “Milagre” econômico de 68/73, e o período do II PND até 1977, se originou com as reformas financeira e tributária, bem como o reajuste de tarifas públicas realizadas no governo Castello Branco, que reconstituíram a capacidade do Estado em investir, bem como do sistema financeiro em prover recursos para o consumo e o investimento privado. Essas iniciativas eliminaram a capacidade ociosa derivada do Plano de Metas, e abriram caminho para um

regime de acumulação puxado por investimentos feitos à frente da demanda por empresas estrangeiras, e que são realizados em função das necessidades da concorrência oligopolítica e da “estratégia de crescimento, padrão de produção e acumulação de capital das empresas internacionais dos setores de bens de consumo durável.” (Conceição Tavares, 1978:1998, p. 105).

O ciclo de acumulação industrial tem fim devido à sobreacumulação, uma vez que apesar do seu caráter oligopólico, as empresas líderes não podem manter o crescimento da capacidade produtiva indefinidamente acima da demanda. Além disso, os investimentos públicos das empresas estatais não podem sustentar o crescimento, pois, ao contrário dos investimentos keynesianos clássicos, são dependentes da demanda de outros setores econômicos. A sobreacumulação, por sua vez, leva a uma crise aguda, devido à desvinculação dos circuitos de acumulação financeira e produtiva característica do padrão nacional de financiamento, e que alimenta o endividamento externo improdutivo e a inflação (Tavares, 1974:1998; 1978:1998).

As explicações econômicas da industrialização esbarram em algumas contradições importantes. O processo de substituição de importações tem uma alta dose de irracionalidade, uma vez que sua dinâmica tende a agravar o problema que teria como finalidade resolver, isto é, a restrição externa. Já a dinâmica endógena de acumulação não consegue explicar porque o ciclo 68/77 foi o final da industrialização. Isso porque, como apontam Barros de Castro e Pires de Souza (1985), a estrutura industrial ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980 estava pronta para um novo surto de crescimento. Ademais, a desvinculação entre acumulação produtiva e financeira havia sido criada pelas reformas dos anos 1960, e seria de se esperar que novas alterações institucionais fossem capazes de equacioná-las, havendo força política para tanto. Mesmo a restrição externa e a dívida numa conjuntura de liberalização financeira não seriam obstáculos intransponíveis, dada a trajetória de alto crescimento industrial de China e Coréia do Sul, no mesmo período da estagnação brasileira dos anos 1980.

As limitações das teses econômicas apontam assim para a necessidade de se incorporar as variáveis políticas na análise da industrialização brasileira, e responder as questões acerca do comprometimento do Estado com esse processo, e da dinâmica da sua evolução institucional que permitiu a ele ter um impacto econômico crucial. Os primeiros autores a seguirem esse caminho foram os marxistas, que inicialmente elaboraram a tese de que o apoio do Estado à indústria era resultado da força política da burguesia industrial, anti-imperialista e aliada aos trabalhadores (Sodré, 1967;1978). Depois do golpe de 1964, essa tese foi alterada, e passou-se a entender o Estado na fase final do desenvolvimentismo, correspondente ao regime militar, como representante de uma burguesia dependente e repressora (Fernandes, 2005; Cardoso & Faletto, 2004). A confiança que ambas as vertentes apoiadas no “interesse de classe” tem na força política da burguesia foi sempre independente de qualquer tipo de verificação empírica mais apurada. Na realidade, os estudos sobre ação política do empresariado apontaram em uma outra direção, para uma burguesia relativamente fraca e impotente na questão da formulação e implantação das linhas gerais da estratégia de desenvolvimento, da estruturação política do país, assim como sobre sua atuação em momentos decisivos da era desenvolvimentista (Boschi 1978; Boito Jr 1982, Martins 1991). Além disso, as análises marxistas nunca tomaram como seu objeto a constituição do Estado em si e das suas capacidades institucionais, ou seja, da centralização política, que foi indispensável para a industrialização.

O estudo de Francisco Weffort (1978) contém soluções para ambos os problemas. De acordo com o autor, no Brasil pós-1930 não haveria uma classe hegemônica, mas uma situação de empate. Isso porque a crise de 1929 debilitou o domínio da burguesia agroexportadora, mas as demais classes e frações, como as camadas médias e a burguesia industrial, eram ainda muito frágeis para assumir a função dirigente. Surgiu assim um “Estado de compromisso” entre as classes, o que permitiu uma grande autonomia do Estado, abrindo espaço para a implantação da política populista como instrumento de legitimação, e para contentar os diversos interesses via uma estratégia centralizadora e industrializante. Os mesmos ele-

mentos da análise de Weffort são rearranjados na tese de Sonia Draibe (1985), que, apesar de rejeitar a noção de compromisso ou acordo perene, afirma que o Estado é a materialização da correlação de forças entre grupos com interesses diversos. Dentre esses, se destacariam aqueles com projetos estruturantes, a burguesia cafeeira, o empresariado industrial e os trabalhadores. A conciliação entre esses interesses e projetos, somada a complexidade econômica inerente às sociedades modernas, levaria à politização das disputas e relações econômicas, o que é a causa da centralização administrativa e das políticas de industrialização.

Finalmente, Fiori (1985) adicionou ao modelo de Estado de compromisso ou fragmentado entre diversos interesses o elemento monetário externo e cíclico. Para ele, a quebra do padrão-ouro, o dissenso intraoligárquico e as pressões da base entre os anos 1910 e 1930 levaram a uma delegação de poder político e econômico ao Estado. O Estado passou então a garantir a reprodução socioeconômica das frações da classe dominante, e a sua proteção frente às pressões da base popular, o que resultou em um padrão politizado de acumulação. Por esse padrão, cada crise econômica era respondida politicamente via a apropriação de segmentos do Estado por partes das classes dominantes, e por um aumento da intervenção econômica estatal em geral.

A noção de Estado de compromisso que está presente de uma forma ou de outra nas análises que se iniciam com Weffort na realidade foi originalmente proposta por Bóris Fausto (1970) para explicar a dinâmica da revolução de 30 e da conjuntura da década aberta com esse evento. O conceito foi desenhado por Fausto como contraponto aquelas teses que viam naquele período uma revolução burguesa, ou uma hegemonia política do empresariado industrial. Por isso, acaba enfatizando uma continuidade entre a política e os interesses dominantes antes e depois da Revolução. Esse perfil do argumento abriu espaço, quando mobilizado por aqueles que se propuseram a explicar o Estado desenvolvimentista, a atribuírem um processo caracterizado pela centralização política, por vezes autoritária, e a industrialização acelerada, a uma coalizão de interesses retrógrados, liberais e imediatistas. Tais interesses, herdados da república velha, teriam continuado assim pelo menos política e ideologicamente dominantes. O problema central com essa linha de análise, como bem identificou Fonseca (2012b) na sua argumentação sobre as teses de Faoro, é a clara incompatibilidade entre o perfil do processo que se quer explicar e aquele dos seus promotores apontados. Ademais, mesmo que a centralização e a industrialização tenham beneficiado e “salvo” os interesses oligárquico-liberais, isso não comprova que foram eles os líderes desses processos. Resta a questão, assim, referente à qual força, e com quais motivações e visões ideológicas, não necessariamente associada à classe, promoveu o movimento modernizador do Brasil na Era Desenvolvimentista.

Recentemente, surgiram novas pesquisas, de viés histórico e comparativo, que buscaram responder a essas questões, identificando o ator que promove o desenvolvimento não mais como uma classe, mas com determinadas elites, ideologias e instituições “desenvolvimentistas”. Nesse sentido, Perissinoto et alii (2014) argumentaram que o motivo para o desempenho industrial superior do Brasil em relação à Argentina entre os anos 1930 e 1970 se deu devido a presença de agentes desse tipo, que surgiram no governo Vargas mas sobreviveram à sua queda. O contrário teria passado com suas análogas argentinas, desestruturadas após a saída de Perón. De acordo com os autores, a ideologia que moveria tais elites e instituições no Brasil teria origem no positivismo gaúcho, no discurso protecionista que teve adeptos entre o empresariado industrial paulista nos anos 1920, e no movimento tenentista da mesma década.

A caracterização da ideologia que teria animado os quadros desenvolvimentistas brasileiros utilizados nessa abordagem das elites se baseia no trabalho de Luz (1961) e Fonseca (2012a). Luz identifica um pensamento industrialista e protecionista nas entidades industriais já no século XIX, enquanto Fonseca busca as origens do pensamento desenvolvimentista em quatro grandes correntes, que teriam se fundido no governo estadual de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul entre 1928 e 1930. A primeira delas seriam

os nacionalistas, caracterizados pela ideia da utilização da economia para ampliar a autonomia nacional, e que se manifestaram pioneiramente na tarifa protecionista Alves Branco, de 1844. Em seguida apareceram os industrialistas, cuja origem são as associações industriais apoiadoras do protecionismo no século XIX, os papelistas, que priorizavam o crescimento face à estabilidade fiscal e monetária, e os positivistas, que pregavam um Estado como racionalizador e impulsionador da atividade econômica.

A reconstituição ideológica de Fonseca para o pré-1930 encontra equivalente no período 1930-64 no trabalho de Ricardo Bielschowsky (1988; 1991), para quem o pensamento desenvolvimentista teria se originado nas teses do empresário Roberto Simonsen, nos anos 1930 e 1940, e se definiria sobretudo por quatro pontos centrais: A industrialização como instrumento para superar a pobreza e o subdesenvolvimento brasileiro; a noção de que a industrialização só seria viável pela ação do Estado; a tese do planejamento como definidor dos setores e instrumentos a serem incentivados e mobilizados; e a defesa da intervenção direta do Estado na economia.

As análises sobre as elites e o pensamento desenvolvimentista conseguem assim, via pesquisa histórica, identificar o mecanismo ideológico e institucional específico que teria promovido o desenvolvimentismo brasileiro. Todavia, existe uma omissão que permeia todos os estudos: a completa ausência da dimensão política internacional, geopolítica, estratégica ou bélica. Quando a arena externa é considerada, ela tem caráter exclusivamente econômico. Assim, Perissinotto afirma que, apesar da guerra e dos conflitos terem sido centrais para os Estados desenvolvimentistas asiáticos, o que inclusive o fez incluir na sua própria definição de Estado desenvolvimentista o “contexto internacional ameaçador”<sup>3</sup>, no caso brasileiro isso se traduziu apenas na forma (econômica) da crise de 1929. Na ideologia desenvolvimentista que ele remonta existe a mesma ausência de qualquer impacto de política internacional, no que ele segue tanto Fonseca quanto Bielschowsky. De fato, no caso desses últimos, mesmo quando o nacionalismo e a busca de autonomia aparecem como fatores de motivação das preocupações e soluções desenvolvimentistas, os únicos antagonismos identificados são ao “capital estrangeiro” ou ao “mercado internacional”, desvinculados de qualquer poder territorial ou Estado específico. A ausência do componente geopolítico permite ainda que, mesmo em um estudo comparativo entre Brasil e Argentina, desconsidere-se, como faz Perissinotto et alli, completamente o impacto que as relações entre os dois países, vizinhos e maiores poderes da América do Sul, possam ter tido na formação e evolução de suas respectivas “estratégias de desenvolvimento”.

Curiosamente, a noção de que a geopolítica não teve impacto na formação dos Estados ou no desenvolvimento econômico no Brasil e na América Latina é compartilhada mesmo por expoentes da abordagem belicista. Centeno (2002) argumenta que a elite latino-americana após a independência era fragmentada e tinha um perfil étnico-racial diferente e oposto à maioria da população. Além disso, tinha um foco comercial-externo e foi encarregada de governar grandes territórios com vastas hinterlândias e fronteiras cuja defesa ou expansão despertava pouco interesse devido ao foco na exportação e no litoral. Dessa forma, para o autor, a elite acabou se concentrando na ameaça interna, e deixou de ter qualquer preocupação com a guerra interestatal, não tendo ainda nenhuma noção de ameaça externa. Na realidade, mesmo as elites militares, segundo Centeno, não se preocupavam com a ameaça externa, como demonstraria sua análise dos periódicos militares brasileiros do final do século XIX e início do século XX<sup>4</sup>.

3 Ver nota 2, na página 7.

4 “The more historically detailed Brazilian analysis provides an interesting progression (...). In the late nineteenth and early twentieth century, the military journals emphasize practical matters such as technical and organizational concerns. Historical pieces appear to be fairly common. Beginning in the 1930s, geopolitics becomes a popular topic (and would remain a significant component of the Brazilian military intellectual tradition). More interesting, beginning in the 1940s, the Brazilian military, and its continental counterparts, emphasize its internal roles, such as economic development and the defense of “national identity.” The threat to national security—a term with increasingly ominous implications in the 1960s—was viewed as internal. This point is critical: *the enemy was within* (Centeno, 2002, pp. 78-80).”

O foco no inimigo interno teria feito com que, no continente, não houvesse uma negociação permanente das elites com a população em torno dos recursos para a guerra, e assim também não se instituíssse aqui mecanismos de representação ou laços de cidadania efetivos, além de poderes centralizados ao estilo europeu. Em suma, na análise de Centeno, a ausência de guerra explica a fraqueza dos Estados e do desenvolvimento da América Latina, da mesma forma que a sua presença explica o poder dos Estados europeus. O fato do autor não conseguir identificar uma doutrina ou preocupação com a ameaça interestatal ainda o faz defender que, quando finalmente ocorreram casos de centralização e industrialização no continente a partir dos anos 1930, como é o caso do Estado desenvolvimentista brasileiro, o fator geopolítico, em concordância com as análises apresentadas até aqui, não teve qualquer relevância.

Fiori (2014), todavia, discorda dessa visão, e ao contrário afirma que a relação entre geopolítica e desenvolvimento econômico que vigorou no caso das Grandes Potências também se reproduziu no continente sul-americano, e especialmente no Cone Sul, que o autor considera ser, desde o século XIX, um tabuleiro geopolítico altamente competitivo, tendo como atores centrais justamente a Argentina e o Brasil. E a disputa pela liderança regional entre essas duas potências levou a dois milagres econômicos sucessivos, um argentino entre 1870 e 1940, e outro brasileiro entre 1937 e 1980. Ademais, a expansão brasileira, identificada com a era desenvolvimentista, foi na visão de Fiori uma reação à expansão argentina, conduzida por uma determinada elite civil, militar e intelectual com um diagnóstico de ameaça externa focada em Buenos Aires e nos países hispânicos. Essa diagnóstico foi o centro, por quase cinco décadas, de uma estratégia que envolveu centralização política, industrialização, reorganização e reequipamento das Forças Armadas, e que tornou o país a principal economia sul-americana.

A perspectiva de Fiori sobre a relação entre geopolítica, centralização política interna e desenvolvimento econômico entre os anos 1930 e 1970 se baseia no protagonismo militar do período, e também na existência de uma determinada elite dentro do Exército que elaborou um pensamento fortemente influenciado pela noção de ameaça externa, entre os anos 1910 e 1920. Essa elite teve origem na iniciativa de Hermes da Fonseca e do Barão do Rio Branco em enviar oficiais do Exército para cursos na Alemanha, como forma de reprofissionalizar a instituição e assim iniciar um processo de recuperação da balança de poder militar que, àquela altura, assim com a econômica e diplomática, pedia fortemente em favor da Argentina (Domingos Neto, 1992; Doratioto, 2000; 2012). Os oficiais das primeiras três turmas de estagiários, quando retornaram ao Brasil, fundaram em 1913 no Rio de Janeiro a Revista Defesa Nacional que se converteria até 1930 em um polo em torno do qual se congregaram quadros centrais para a política e o exército na Era Desenvolvimentista. Dentre eles, podemos citar Bertholdo Klinger, Euclides Figueiredo, Estevão Leitão de Carvalho, Humberto Castello Branco, Eurico Dutra, Mario Travassos, Góes Monteiro, Emílio Medici e Orlando Geisel. Esse grupo, anterior e mais abrangente que o movimento tenentista, foi considerado por Domingos Neto (1992) como tendo mais impacto dos que os próprios tenentes na política nacional após a Revolução de 1930. Na realidade, o Grupo da ADN, inicialmente conhecido como “Jovens Turcos”, esteve na origem, através da Missão Indígena, do ideário depois defendido pelos oficiais tenentistas.

Nas próximas seções, buscaremos demonstrar que A Defesa Nacional, nos seus primeiros anos de existência antes da Revolução de 1930, elaborou um pensamento que articulava uma noção realista do sistema internacional e uma visão específica da ameaça oligárquica, britânica e, sobretudo, Argentina, a programas de centralização política interna e industrialização, em larga medida coincidentes com os desdobramentos históricos posteriores. A formulação desse pensamento, que se deu em paralelo às correntes ideológicas econômicas identificadas por Luz e Fonseca, e de forma contrária a visão de Centeno de que não existia uma preocupação com a ameaça externa por parte das elites militares brasileiras no período, é um forte indicativo da necessidade de se incorporar a dimensão interestatal e geopolítica ao estudo do desenvolvimentismo brasileiro.



## A Concepção de Política Internacional e de Ameaça Geopolítica da Defesa Nacional

A visão dos “Jovens Turcos” sobre a política internacional se relacionava com o seu programa de profissionalização do Exército, que era uma alternativa dentro da instituição aos oficiais positivistas que uniam o gosto pelo pensamento abstrato com uma visão de paz universal e extinção da força armada como corolário necessário do progresso da humanidade<sup>5</sup>.

Em contraponto ao idealismo dos “Doutores” positivistas, os “Turcos” desenvolveram uma concepção realista do sistema internacional, segundo a qual os Estados eram organismos coerentes e engajados em uma luta permanente pela sobrevivência, na qual alianças com Estados mais fortes ou organizações como a Liga das Nações eram inúteis, restando apenas a força para defender a nação<sup>6</sup>. No caso do Brasil, por sua vez, essa luta envolvia três grandes inimigos: O imperialismo, as oligarquias regionais e a Argentina. O primeiro era entendido como uma etapa natural no desenvolvimento nacional, que ocorria quando o território não mais sustentava uma população crescente<sup>7</sup>. Dentre os países imperialistas, por sua vez, a preocupação maior caía sobre a Grã-Bretanha, devido principalmente as suas capacidades navais<sup>8</sup>. A ameaça imperialista se complementava com a noção de que o Brasil vivia uma ameaça permanente de desagregação devido aos interesses faccionais das oligarquias locais, que se manifestava em tentativas de enfraquecer o Exército, garantidor da unidade nacional, no campo político através dos boicotes que a instituição sofria dos “bacharéis” e no campo militar pelo fortalecimento das Forças Públicas Estaduais<sup>9</sup>.

Apesar da hostilidade frente a Inglaterra e as oligarquias, a ameaça mais grave para o Brasil na visão dos colaboradores da Defesa Nacional nas suas primeiras décadas foi a Argentina. A tese da ameaça argentina foi construída progressivamente, começando com artigos sobre a superioridade de diversos aspectos da organização militar do país, que se entendia deveriam ser copiados pelo Brasil<sup>10</sup>. A partir da I Guerra, as referências à Argentina se tornam mais incisivas, com a divulgação de trabalhos de oficiais brasileiros sobre as capacidades argentinas, e de artigos estrangeiros dando conta da inevitabilidade do conflito entre esse país e o Brasil no Prata<sup>11</sup>. Nesse ponto, a Revista refletia a doutrina que se elaborava no Estado Maior e no Ministério da Guerra, e que previa o conflito com Buenos Aires<sup>12</sup>.

A relação entre o Estado Maior e a ADN se intensificou nos anos 1920, quando Eurico Dutra e Humberto Castello Branco acumularam posições em ambas as organizações, e foi acompanhada de uma sofisticação crescente na análise sobre a ameaça argentina. O primeiro sinal dessa tendência é um artigo da revista que articulava pela primeira vez de forma clara e direta, por um autor brasileiro, a hipótese de uma guerra entre Brasil e Argentina, que seria motivada pelo expansionismo econômico de Buenos Aires<sup>14</sup>. Depois, apareceram referências ao Sul como zona militar central para o país, ao mesmo tempo

5 Para a associação entre os oficiais positivistas e o pacifismo, ver Carvalho (2005). O conflito entre os positivistas e os “Jovens Turcos” é retratado em McCann (2009). Ver também: ADN. 1916. “Acima de tudo devemos ser brasileiros”. Editorial A Defesa Nacional 3 (33), Jun., pp. 273-274.

Ferraz, P. 1916. “A Guerra Atual Perante o Direito Internacional”, A Defesa Nacional 3 (33), Jun., pp. 280-283.

6 ADN. 1919. “Paz!”. Editorial. A Defesa Nacional. 6 (70), Jul, pp. 341-43.

7 ADN. 1916. “Tudo nos une, nada nos separa”. A Defesa Nacional. 3 (35). Ago, pp. 337-338.

8 ADN. 1916. “A Instituição do Patriotismo”. A Defesa Nacional, 3 (28), Jan, pp 113-115; ADN. 1917. “Pátria Livre”. Editorial. A Defesa Nacional. 4 (40), Jan. pp. 113-115; Paula Cidade, F. 1914; “Exercitos Estaduaes”. A Defesa Nacional 1 (4). Jan. Pp. 110-111.

Reis, S (1913) “A Reorganização da Guarda Nacional”, A Defesa Nacional 1 (1), Out, pp. 22-23;

9 ADN (1915) Editorial. A Defesa Nacional 2 (24) Set, pp. 365-67; ADN (1919) “O Problema dos Vencimentos”. A Defesa Nacional 6 (73), Set, pp 1-5; ADN (1921)

10 “Oficiais de Reserva”. Editorial. A Defesa Nacional 8 (95), Mai, pp. 351-52; Fragozo, T. (1914) “O Serviço Militar Obrigatório”. A Defesa Nacional 1 (12), Set, pg. 375-79.

11 Alexandrino da Luz, M. (1916) “A Alemanha Militar”. A Defesa Nacional 3 (36), Set, pp. 385-387; “A Organização do Exército Oriental”. A Defesa Nacional, 5 (50) Novembro de 1917 pp. 38-42.

12 McCann (2009)

13 Niepce da Silva, J (1919). “A Visão Estratégica para o Sul do Brasil”. A Defesa Nacional 7 (74-75), Out, pp. 45-48.

em que se reclamava das dificuldades de acesso a essa área, pela falta de vias de comunicação, como tornado evidente nos exercícios organizados pela Missão Militar Francesa no Rio Grande<sup>14</sup>. A partir de 1926, ano em que Mario Travassos se torna redator da Revista, a percepção de ameaça argentina chega a um novo patamar, se insinuando a ocorrência de um possível cerco hispânico ao Brasil, e se analisando diversos aspectos da preparação militar argentina, como a aquisição de material bélico e a instalação de uma indústria aeronáutica, iniciativas que teriam ocorrido para aproveitar-se de uma conjuntura de debilidade brasileira (provavelmente, em decorrência das rebeliões tenentistas)<sup>15</sup>. Isso seria facilitado, inclusive, porque na visão dos colaboradores da ADN o vizinho platino já havia adquirido então superioridade aérea, naval e terrestre na América do Sul<sup>16</sup>.

A resultante geral dessa situação era a possibilidade de um conflito com Buenos Aires para o qual o país não estaria preparado, como lembrou um editorial de 1927<sup>17</sup>. Esse mesmo editorial chamava a atenção para o caráter complementar que a política econômica e ferroviária argentina tinha com os preparativos militares do país. Nesse sentido, as ferrovias não só deixavam as divisões do Exército argentino em posição de atacar a fronteira sul do Brasil, mas também atuavam, criando ligações entre Buenos Aires e as antigas capitais do Vice Reinado do Prata, junto com uma política econômica expansionista para restaurar, sob hegemonia argentina, aquela entidade política, o que significaria uma ameaça direta a integridade territorial brasileira<sup>18</sup>. Para evitar esse cenário, o Brasil deveria, na visão da revista, prover ligações alternativas para a Bolívia e o Paraguai com o oceano, principalmente através da ligação ferroviária com Corumbá e daí com Santos<sup>19</sup>. Essa proposta seria depois incorporada por Mário Travassos em sua obra sobre a geopolítica sul-americana<sup>20</sup>.

Ao mesmo tempo em que intensificava e sofisticava a percepção acerca da ameaça argentina, os colaboradores da Defesa Nacional também começaram a elaborar hipóteses que previam a junção do conjunto de ameaças ao país. A base desse argumento seria a retomada da pregação anti-imperialista da revista. Novamente, a Inglaterra era o centro das preocupações nessa frente, como expansionistas comerciais e poder naval dominante, mas também como agentes de criação da instabilidade mundial, principalmente na América do Sul, onde procurariam incitar as nações hispânicas contra o Brasil e criar divergências entre esse país e a Argentina, sempre favorecendo, contudo, a última<sup>21</sup>. Eventualmente, a ação inglesa despertaria a reação americana, o que se materializaria em uma disputa entre as duas nações pelo domínio do oceano. Tal disputa, por sua vez, se articularia com o conflito regional sul-americano<sup>22</sup>.

Nesse cenário, portanto, se ligam a ameaça imperialista com a proveniente da Argentina, criando um desafio de grandes proporções para a defesa do país, entre os quais se destacariam a necessidade de suprir as suas necessidades bélicas e civis em tempo de guerra, dado o advento de um possível bloqueio naval, e de mobilizar seus recursos de modo a enfrentar inimigos que tinham consensualmente uma capacidade militar e econômica maior que a sua. Por sua vez, tal incapacidade se ligava diretamente à política nacional, e ao seu domínio pelas oligarquias regionais, pela classe de bacharéis e pelos interesses segmentados, que impedem que a Nação atue como deve, ou seja, como um organismo unificado<sup>23</sup>. Em ambos os casos, a Defesa da

14 ADN. (1922) "A Nova Organização do Exército". Editorial. A Defesa Nacional 9 (103), Jan/Fev, pp. 193-95; ADN. (1922) "Uma Lição da Experiência". A Defesa Nacional 9 (105), Abr/Mai, pp. 257-58.

15 Magalhães, JB (1927). "A Propósito da Situação Militar: O Espírito da Reforma". A Defesa Nacional. 14 (158). Fev, pg. 47-51; Lobato Filho, J. (1926) "Nota do Tradutor à 'Ideias sobre a organização militar argentina'". A Defesa Nacional 13 (149-150). Mai/Jun, p. 123; ADN (1927). "Lembra-vos da Guerra". Editorial. A Defesa Nacional. 15 (158). Fev, pp. 45-46.

16 Vasconcellos, G. (1927) "A Significação Estratégica da Política Ferroviária argentina e de suas linhas fluviais". A Defesa Nacional 14 (159). Mar, pp. 79-82.

17 ADN (1927). "Lembra-vos da Guerra". Editorial. A Defesa Nacional. 15 (158). Fev, pp. 45-46.

18 Vasconcellos, G. (1927) "A Significação Estratégica da Política Ferroviária argentina e de suas linhas fluviais". A Defesa Nacional 14 (159). Mar, pp. 79-82. Lobato, J. 1927. "A Situação Brasileira no Rio Paraguai". A Defesa Nacional 14 (164), Ago, pp. 58-59.

19 Magalhães, JB (1927). "A Propósito da Situação Militar: O Espírito da Reforma". A Defesa Nacional. 14 (158). Fev, pg. 47-51

20 Travassos (1938)

21 Magalhães, JB. (1929) "Meditações em torno da política militar Latino-americana". A Defesa Nacional 16 (181), Jan, pp. 7-9.

22 ADN. (1929) Editorial. A Defesa Nacional 16 (182), Fev, pp. 77-79.

23 Paula Cidade, F. 1914; "Exercitos Estadoades". 1 (4). Jan. Pp. 110-111

Nação exigiria alterações profundas tanto no campo da economia quanto no campo da política interna, entendidos como extensões da prática da guerra.

## Doutrina de Guerra e Projetos Políticos e Econômicos da Defesa Nacional

O modo como o grupo da Defesa Nacional articulou a sua leitura de ameaça geopolítica com sua visão sobre os campos da política interna e da organização econômica passou pela sua concepção de guerra e preparação para a guerra. Tal concepção, por sua vez, foi fortemente influenciada pelo pensamento alemão da época, que se transmitiu à publicação através do treinamento de seus fundadores na Alemanha e da reprodução de artigos de oficiais alemães nas páginas da ADN.

A proximidade com os militares da Alemanha permitiu que a ADN reverberasse a mudança no entendimento de guerra que se processou nesse país no começo do século XX. Nesse período, houve no pensamento militar alemão uma transição entre o conceito de Guerra Absoluta, proposto por Clausewitz, e a noção de Guerra Total, sistematizada pelo General Ludendorff<sup>24</sup>. A diferença entre esses dois conceitos era que, no primeiro, a guerra é vista como sendo submetida ao cálculo político, enquanto que no segundo, ela é um produto de uma luta sem limites pela sobrevivência, que em última análise leva a subordinação da própria política nacional aos objetivos militares. Em termos práticos, a subordinação da política à guerra proposta por Ludendorff provinha da ampliação do tamanho e das necessidades do Exército, que passaram a requerer uma enorme estrutura de apoio interna. Como essa estrutura, que deveria ter acesso a todos os recursos nacionais, poderia sofrer com o ataque direto dos inimigos, ou deixar de cumprir seu papel de apoio à guerra devido a ineficiências de todo o tipo, a sua criação e manutenção devem ser objeto do próprio planejamento para o conflito. Através desse raciocínio, portanto, Ludendorff abre espaço para que a base econômica nacional, e sua política interna, se tornem áreas de interesse e atuação legítimas da Defesa Nacional e das Forças Armadas<sup>25</sup>.

A ideia da guerra total, e sua visão sobre a política interna e a economia como extensões do conflito militar e da atuação das Forças Armadas, carrega fortes semelhanças com as teses da Defesa Nacional, resumida no conceito de “Nação Armada”, segundo o qual o combate não é mais restrito aos Exércitos, mas era a tarefa da Nação como um todo, e que para a guerra devem-se mobilizar todos os recursos nacionais, além de que a segurança da pátria requer que se garanta a coesão nacional. Será esse conceito de “Nação Armada”, junto com a leitura de ameaça anteriormente descrita, que irá nortear a visão dos militares da ADN sobre a dimensão econômica e política interna do Brasil.

## A Dimensão Econômica

Na dimensão econômica, a consequência da tese da “Nação em Armas” recaiu sobre dois pontos centrais: a necessidade de uma rede ferroviária e a necessidade de uma base industrial adequada à mobilização do país.

No caso das ferrovias, partia-se do exemplo da I Guerra mundial, na qual o modal havia sido central para a movimentação e abastecimento das tropas, para propor uma política de incentivo para o setor no Brasil, segundo a qual o governo determinaria o traçado da malha ferroviária segundo critérios estraté-

24 Na edição de Junho de 1920, a ADN divulgou que estava revendendo o livro “Minhas Memórias de Guerra” do General Ludendorff. O militar alemão também foi citado em um artigo técnico da edição de fevereiro de 1921 da revista.

25 Para a distinção entre Guerra Absoluta e Guerra Total, e suas consequências, ver Honig (2011).

gicos (ou seja, com foco no Sul do Brasil)<sup>26</sup> e delegaria sua construção e operação ao setor privado. Caso a iniciativa privada não demonstrasse interesse, o governo deveria se responsabilizar diretamente pelos empreendimentos<sup>27</sup>.

As teses da ADN sobre a indústria, por sua vez, são ainda anteriores ao conflito mundial, quando o foco da preocupação era com o abastecimento de munições, dependente do estrangeiro e portanto passível de ser cortado caso o país não tivesse divisas ou sofresse embargos e bloqueios. A solução apontada para esse problema, por sua vez, era obter a autossuficiência nacional na fabricação de munições<sup>28</sup>. Em seguida, depois da Guerra Mundial, o temor do isolamento do país por falta de divisas ou pelo domínio marítimo do inimigo levou a propostas de que se deveria criar um sistema completo de produção de itens militares, a exemplo do que havia feito EUA e Japão<sup>29</sup>. A implantação de tal sistema, entretanto, dependeria da instalação de outros setores industriais, o primeiro dos quais seria o siderúrgico.

A criação da indústria nacional do aço foi primeiro proposta em um editorial da ADN de 1917<sup>30</sup>, iniciando uma campanha da publicação em torno desse tema que envolveu, além de outros editoriais nos anos seguintes, artigos de especialistas e notas técnicas com o objetivo de provar a necessidade e viabilidade da siderurgia brasileira<sup>31</sup>. Apesar do nível de detalhe técnico, todavia, o que embasava a proposta era a necessidade de aço para a fabricação de munições e armas, principalmente peças de artilharia, e, em última análise, o temor da ameaça argentina<sup>32</sup>.

Depois da campanha pela siderurgia, e na medida que evoluíam as técnicas de guerra, a ADN passou a advogar a instalação de uma série de outros setores de interesse militar, dentre eles a indústria elétrica<sup>33</sup>, química<sup>34</sup>, automobilística e aeronáutica<sup>35</sup>. A amplitude das áreas industriais necessárias para a guerra significava que sua implantação e administração não deveria ficar a cargo do Exército ou do Governo, mas de empresas civis que seriam mobilizadas em caso de conflito<sup>36</sup>. Na centralidade conferida à indústria civil se faz também presente a influência dos militares alemães, que haviam apresentado a tese que, dada a pouca demanda do Exército em tempos de paz, era natural que se contasse com a mobilização da indústria civil durante a guerra<sup>37</sup>.

Entendia-se assim a criação de um parque industrial civil como essencial para a defesa do país, não somente pela necessidade de fabricação de itens militares ou seus componentes e insumos, mas também para abastecer toda a população civil durante o conflito<sup>38</sup>. De forma a atingir esse grau de autarquia industrial, a ADN propôs uma política de incentivo à indústria, que deveria incluir contratos vantajosos com o Estado, isenções fiscais, liberdade de importação de máquinas e equipamentos necessários à pro-

26 ADN. (1922) "Uma Lição da Experiência". *A Defesa Nacional* 9 (105), Abr/Mai, pp. 257-58; ADN. (1922) "A Nova Organização do Exército". Editorial. *A Defesa Nacional* 9 (103), Jan/Fev, pp. 193-95.

27 ADN. (1917) "Serviços de Estradas de Ferro". Editorial. *A Defesa Nacional* 4 (47), pg. 349-51.

28 "Fábrica do Realengo". *A Defesa Nacional* 1 (09) Junho de 1914, p. 302.

29 "O Problema da Munição e do Material Bellico na Proxima Guerra". *A Defesa Nacional* 4 (45) Junho de 1917, pp. 302-304; ADN. (1921) "A Reorganização de Nossa Industria Militar – O Quadro Technico e a mobilização industrial". Editorial *A Defesa Nacional* 8 (94), Abril, pp. 315-318.

30 ADN. (1917) "A Indústria Nacional do Aço". Editorial *A Defesa Nacional* 4 (44), Mai, pp. 249-51.

31 "A Defesa Nacional tem insisitido em seus ultimos numeros sobre a necessidade palpitante de crear-se a industria do aço no paiz, dado o importante papel que ella representa em sua preparação militar" ("Notas sobre a indústria nacional do aço". *A Defesa Nacional*. Julho de 1917 4 [46], p. 317). Ver também: "Notas sobre a industria do aço". Pts 1-5. *A Defesa Nacional*. 4 (46) Julho de 1917, pp 317-321; 4 (47) Agosto de 1917, pp. 363-67, 4 (48) Setembro de 1917 pp. 400-404; 5 (49) Outubro de 1917 pp 2-7; 5 (50) Novembro de 1917, pp. 47-52.

32 "O fabrico do aço, á parte o que representa como factor de riqueza econômica, encerra um dos elementos primordiales na organização da defeza nacional. Só o facto de entrarmos no numero das nações productoras do valioso metal, nos daria certa ascendência sobre a marcha evolutiva, que tanto nos preocupa, de alguns paizes visinhos." (ADN [1917] "Pelo porvir e para os vindouros". Editorial. *A Defesa Nacional* 4 [46], p. 317).

33 Nascimento, F.Q. (1919) "Uma indústria bem nacional e bem militar". *A Defesa Nacional* 6 (71-72), Ago., pp. 394-96.

34 ADN (1923) "Necessidades Industriais da Defesa Nacional". Editorial, *A Defesa Nacional* 10 (110) Abr., pp. 569-571; Carvalho, A.B, de. (1923) "A Chimica – Nova Arma de Guerra". *A Defesa Nacional* 10 (110), Abr., pp. 572-573.

35 ADN (1917) "Pelo porvir e para os vindouros". Editorial. *A Defesa Nacional* 4 (46), p. 317

36 "A Transformação da Indústria Civil em Indústria de Guerra". *A Defesa Nacional*, 8 (94) Abril de 1921, pp. 325-327.

37 Idem, p. 325.

38 ADN. (1923) "A Organização Nacional". Editorial. *A Defesa Nacional* 10 (118), Ago., pp. 711-718.

dução, proteção alfandegária e prêmios para a exportação<sup>39</sup>. Com essas políticas, se acreditava que o país poderia eventualmente se libertar completamente da produção estrangeira.

Em resumo, o Grupo da Defesa Nacional tinha como proposta para a dimensão econômica o aperfeiçoamento dos meios de transporte, principalmente linhas férreas, assim como a construção de uma base industrial ampla, completa e autárquica, que contivesse desde indústrias de base e fabricação de armamentos até aquelas responsáveis pelo abastecimento da população civil. Ao mesmo tempo, ligavam essa visão à ameaça geopolítica, principalmente a Argentina e um poder naval capaz de bloquear as linhas de suprimento ultramarinas, e não tinham qualquer preconceito com relação a utilização maciça de capitais privados no processo de industrialização nacional.

## A Dimensão Política

Se na dimensão econômica a luta entre os Estados pela sobrevivência se refletiu em um programa de industrialização autárquica, na dimensão política a ADN advogava que as necessidades impostas pela guerra exigiam a eliminação das desuniões e dos particularismos:

“A guerra moderna significa o esforço máximo de uma nação pela própria sobrevivência. O organismo social, afetado pela guerra, tem que reagir por inteiro, como um bloco, sem que nenhuma de suas energias fique inativa” (Travassos 1926, p. 122)<sup>40</sup> “A Doutrina de CoeADN, Maio e Junho de 1926, “A Doutrina da Cooperação Militar e Naval e o Caso Brasileiro”, pg 122. V. 13, N. 149-150).

Dessa concepção de guerra e de suas exigências surge, assim, a noção de que o Estado é e deve ser um organismo coerente:

“O Estado é um organismo, e como tal só pôde estar em equilíbrio mediante um funcionamento harmonico de seus órgãos, sem atrophias e sem hipertrophias.” (ADN 1916, p. 49)<sup>41</sup>.

Da perspectiva da ADN, o maior obstáculo para o Brasil se tornar um Estado “orgânico” e capaz de agir como um bloco na defesa contra as ameaças internacionais era a classe política civil, identificada com os interesses regionais e particulares, e com os valores de paz universal, democracia e liberdades individuais. Devido a esse caráter faccional e a ideologia pacifista, a classe política e as oligarquias seriam responsáveis por bloquearem todas as iniciativas visando a aperfeiçoar a organização nacional e o preparo para a guerra. Esses atores também conspirariam diretamente contra o Exército, o que teria como efeito tornar o país vulnerável tanto à ameaça continental sul-americana quanto a ameaça imperialista<sup>42</sup>. Finalmente, não somente os políticos e as oligarquias comprometeriam a preparação do país para a guerra externa, como seriam eles próprios um potencial inimigo a ser combatido, dada a capacidade bélica das forças públicas estaduais e sua possível utilização para desagregar o território nacional<sup>43</sup>.

39 ADN. (1923) “A Organização Nacional”. Editorial. *A Defesa Nacional* 10 (118), Ago., pp. 711-718; “Necessidades Industriais da Defesa Nacional”. *A Defesa Nacional* 10 (114), Abril de 1923, p. 571. Barros Barreto, M, de. “Comunicações Eléctricas. Sua Missão Civilizadora no Brasil, Seus Aspectos Industrial e Commercial”. *A Defesa Nacional* 14 (163) Julho de 1927, p. 68-70.

40 Travassos, M. 1926. “A Doutrina de Cooperação Militar e Naval e o Caso Brasileiro.” *A Defesa Nacional* 13 (149-150), Mai-Jun., p. 122.

41 ADN (1916) Editorial. *A Defesa Nacional* 4 (38), Nov, p. 49.

42 ADN (1917) “Enquanto é tempo”. Editorial. *A Defesa Nacional*. 4 (45), Jun., pp. 281-82. ADN. (1917). “Pátria Livre”. Editorial. *A Defesa Nacional* 4 (40), Jan., pp. 113-115.

43 Paula Cidade, F. 1914; “Exercitos Estadoades”. 1 (4). Jan. Pp. 110-111

Na visão da ADN, portanto, os políticos civis e regionais constituem um obstáculo a mobilização e organização do país, além do desenvolvimento do Exército, para conter inimigos externos, e são um inimigo em si mesmo pelo controle que detém das forças estaduais. Para equacionar o desafio colocado por desse cenário, em que a política interna, o inimigo e a guerra se fundem, eliminando a distinção entre os campos externo e doméstico, a ADN passou a defender a necessidade de um governo forte e centralizador, controlado pelo próprio Exército.

A tese do Estado forte tutelado pelas Forças Armadas tem suas origens nas primeiras edições da Revista, que advogam um maior papel para essa instituição na política nacional. Inicialmente, tal papel seria restrito ao Serviço Militar Obrigatório e a operação de escolas pelo Exército. A partir da segunda metade dos anos 1920, todavia, a Revista passou a argumentar que a tarefa de modernização do Exército havia sido completada, mas as possibilidades da instituição (e da própria Defesa Nacional) estavam sendo constrangidas pela desorganização do país. Conseqüentemente, se deveria redirecionar o foco da profissionalização do Exército para a melhora da própria organização nacional<sup>44</sup>.

O primeiro passo nessa tarefa de aperfeiçoamento nacional seria uma defesa mais articulada da centralidade militar na política do país, justificada como resultado natural da importância da mobilização de todos os recursos sociais para a guerra. O protagonismo do Exército, todavia, só poderia ser atingido se a instituição fosse forte o suficiente para se impor a todos os segmentos sociais, se colocando acima dos seus conflitos, de forma a exercer o papel de guardião dos interesses gerais do país. Nesse ponto, as ideias da ADN divergem das interpretações de que a Revista se caracterizaria pela noção do afastamento militar da política, e assim serviria como um contraponto ao caráter engajado e revolucionário dos tenentes. Na realidade, pode-se afirmar que a diferença fundamental entre Tenentes e “Turcos” no que diz respeito à política era mais de método do que de conteúdo. Enquanto os primeiros aderem à rebelião aberta, o grupo da ADN propõe que o Exército terá mais sucesso em garantir seus interesses se se pautar pelo reforço da disciplina e da hierarquia. Com isso, se garantiria a redução da influência civil no meio castrense, e se preservaria a instituição das lutas faccionais e partidárias. Conseqüentemente, a corporação teria um alto grau de coesão interna e de força para agir com firmeza e solidez perante a classe política civil, prevenindo-se contra sua própria dissolução ao mesmo tempo em que obtém os recursos morais necessários para desenvolver sua função política, fazendo prevalecer suas exigências<sup>45</sup>.

O “novo modelo” de intervenção militar na política interna elaborado pelos colaboradores da ADN teve sua primeira expressão na campanha pela instituição do Conselho de Defesa Nacional, órgão que seria um dos loci de poder no Estado brasileiro nas décadas seguintes. O que acontecia era que, para a revista, os Ministérios da Guerra e da Marinha apenas tratavam de componentes específicos do problema da Defesa Nacional<sup>46</sup>, que necessariamente, como já vimos aqui, englobava nas teses da publicação os mais variados aspectos sociais. Assim, os assuntos concernentes à Defesa eram também tratados pelos mais diversos ministérios, que somente se comunicavam de forma “esporádica e dispersiva”.

Cumpria então que se criasse um órgão centralizador e permanente, que deveria ser completamente blindado contra as contingências da política partidária, entendida pela ADN como obstrutiva, sabotadora e corrupta<sup>47</sup>. O novo órgão deveria determinar os objetivos políticos da Nação, avaliar seus recursos militares, elaborar os planos de guerra e se incumbir da organização militar do país, tanto no plano material quanto moral<sup>48</sup>. Ou, como colocava a Revista, tratar de todos os aspectos extramilitares da defesa nacional, garantindo a adequação da organização social e da administração civil às diretrizes centrais da Defesa

44 ADN. 1926. “O que fizemos – O que nos resta fazer”. Editorial. *A Defesa Nacional* 13 (149-150) Mai/Jun., pp. 105-107.

45 ADN. (1926) “Deve-se reeducar o espírito militar da nação”. Editorial. *A Defesa Nacional* 13 (151) Jun., pp. 157-159.

46 ADN. (1926) “A Organização da Defesa Nacional”. *A Defesa Nacional* 13 (153) Set., pp. 237-239.

47 ADN. (1923) “A Organização Nacional”. Editorial. *A Defesa Nacional* 10 (118) Ago., pp. 717-718.

48 ADN. (1926) “A Organização da Defesa Nacional”. *A Defesa Nacional* 13 (153) Set., pp. 237-239.

Nacional<sup>49</sup>. Em resumo, a tarefa do Conselho seria efetivamente a de exercer a direção política do país.

A proposta da ADN do Conselho de Defesa Nacional teria ainda mais um aspecto revelador. Se o Conselho dirigiria o país, seriam as Forças Armadas as responsáveis por controlar o conselho. Isso porque pela proposta ele deveria ter oito membros, quais sejam: Os ministros da Guerra, da Marinha e seus respectivos chefes e sub-chefes do Estado-Maior, além dos ministros da Viação, Exterior e Fazenda e o Presidente da República. Ou seja, dos dez membros, seis seriam militares (Os ministros da Guerra e Marinha e os chefes e sub-chefes do Estado-Maior). Mas, para além disso, a proposta previa que os responsáveis pelas pastas da Viação e da Fazenda não deveriam ter direito a voto no Conselho. A resultante final é que dos oito membros votantes, seis seriam representantes das Forças Armadas<sup>50</sup>. A proposta do Conselho de Defesa Nacional representa assim, alguns anos antes da Revolução de 30, o primeiro ensaio de institucionalização da tutela militar na política nacional.

## Conclusão

No período do desenvolvimentismo brasileiro, o protagonismo político das Forças Armadas foi uma constante. E, dentro do “partido do Exército”, o grupo associado nos anos 1910 e 1920 à Revista Defesa Nacional teve grande relevância, especialmente por terem suas ideias e posições institucionais renovadas após a II Guerra Mundial<sup>51</sup>. As explicações para o sentido do protagonismo militar passou desde a redução desse ator ao interesse de grupos da sociedade civil<sup>52</sup>, passando por entes funcionais ao sistema político<sup>53</sup>, para chegar finalmente a defesa de interesses corporativos<sup>54</sup>. É surpreendente, contudo, que não tenha sido eleito como foco de explicação da atuação política na área interna e econômica por parte dos militares, praticantes da profissão voltada para a guerra por excelência, a sua preocupação com a questão da geopolítica regional ou da disputa interestatal.

A pesquisa retratada nesse artigo indica que existiu um pensamento associado às elites militares da Era Desenvolvimentista que tinha como foco a questão do sistema internacional, da guerra e da geopolítica. Nesse sentido, as ideias pesquisadas eram bastante distintas, e na realidade opostas, ao pacifismo, positivismo e foco na dimensão interna geralmente associados às Forças Armadas no século XX, inclusive por aqueles que lembram do papel militar no Estado Desenvolvimentista. Ao mesmo tempo, esse pensamento não se limita aos problemas institucionais militares, mas contém propostas políticas e econômicas que tem uma motivação diversa da preocupação com a “autonomia frente ao capital estrangeiro” ou o bem-estar socioeconômico daquelas correntes ideológicas identificadas por Fonseca e Bielschowsky. É possível, assim, que a burocracia desenvolvimentista, que foi objeto da tutela militar no período 30/80, também não respondesse aos objetivos declarados e “iluministas” do pensamento econômico, mas aqueles advindos do plano da guerra e da disputa interestatal.

Claramente, os dados da pesquisa sobre o pensamento militar aqui apresentados não permitem ainda chegar a qualquer conclusão sobre o Estado desenvolvimentista. Todavia, fornecem indícios que a geopolítica, a estratégia e os alinhamentos e tensões internacionais tiveram grande papel, ao contrário do considerado em praticamente todas as literaturas disponíveis, na motivação da ação política militar, no comprometimento do Estado com a centralização e a industrialização (a dimensão volitiva do Estado

49 Idem, pp. 237-239.

50 ADN (1926) “Conselho de Defesa Nacional”. Editorial A Defesa Nacional 13 (154) Out., pp. 277-279. A proposta do CDN adotada pela revista foi inicialmente formulada pelo EME em 1916 e retratada no relatório do Ministro da Guerra em 1919. Previa-se ainda que o Presidente da República poderia nomear mais dois membros do Conselho, obrigatoriamente oficiais gerais.

51 Ver Vieira, R.Z., 2013.

52 Ver Rizzo de Oliveira, 1976.

53 Stepan, 1975.

54 Carvalho, 2005; Coelho, 2000.

desenvolvimentista), e no próprio perfil que esses movimentos adquiriram. Dessa forma, permitem pensar em uma nova agenda de pesquisa sobre o Estado desenvolvimentista que foque no estudo de uma elite militar com duas grandes características: Sua autonomia das clivagens político-partidárias e ideológicas, dos regimes políticos ou do interesse de classes ou oligarquias, e sua preocupação, ou mesmo fixação, nas alterações na balança de poder e nas estratégias dos grandes adversários e aliados geopolíticos, como a Inglaterra, os Estados Unidos e a Argentina. Uma agenda de pesquisa com esse sentido poderia finalmente entender as influências políticas internacionais sobre o desenvolvimentismo, e entender o Estado desenvolvimentista como um fenômeno inserido no sistema interestatal capitalista.

## Referências bibliográficas

- AMENTA, E. (2005). "State-Centered and Political Institutional Theories in Political Sociology: Retrospect and Prospect". In Robert Alford, Alexander Hicks, Thomas Janoski, and Mildred A. Schwartz, Eds. **The Handbook of Political Sociology**. New York: Cambridge University Press.
- BARKLEY, K & PARIKH, S. (1991). "Comparative Perspectives on the State". **Annual Review of Sociology**, 17 (1), pp. 523-549.
- BARROS DE CASTRO, A & PIRES DE SOUZA, F.E. (1985). **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BIELSCHOWSKY, R & MUSSI, C. (2013). "Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois". In.: Bielschowsky, R. **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia**. Brasília: CGEE.
- BIELSCHOWSKY, R. (1988). **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. IPEA/INPES, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1991). "Ideologia y Desarrollo". In: **Revista de la CEPAL**, dezembro de 1991, n. 45.
- BOITO JR, A. (1982). **O Golpe de 1954: A Burguesia contra o Populismo**. São Paulo: Editora Brasiliense.
- BOSCHI, RR. (1978). "Empresário Nacional: Ideologia e Atuação Política nos Anos Setenta". In: Boschi, RR & Diniz, E. **Empresariado Nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- CARDOSO, FH & FALETTO, E. (2004). **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARVALHO, J.M, de. (2005). **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CENTENO, M. A. (2002). **Blood and Debt: war and the nation-state in Latin America**. University Park: The Pennsylvania State University Press.
- COELHO, E.C. (2000). **Em Busca de Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record.
- DOMINGOS NETO, M. (1992). "Influência estrangeira e luta interna no exército (1889-1930)". In: Rouquié, Alain ed. **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record.
- DORATIOTO, F. (2000). "A Política Platina do Barão do Rio Branco". **Rev. bras. polít. int.** 43 (2), pp. 140-149. DOI: 10.1590/S0034-73292000000200006
- \_\_\_\_\_ (2012). "O Brasil no Mundo". In: Schwarcz, LM. ed. **História do Brasil Nação: 1808-2010**, vol 3. Rio de Janeiro: Objetiva.



- DRAIBE, S. (1985). **Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil: 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FAUSTO, B. (1970). **A Revolução de 1930. História e historiografia**. São Paulo: Brasiliense.
- FERNANDES, F. (2005). **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. São Paulo: Ed. Globo.
- FIORI, J.L.C. (1985). **Ciclo e crise na dinâmica de um estado periférico. Uma reflexão em dois movimentos sobre a crise do estado brasileiro**. Tese de Doutorado, Mimeo, Instituto de Economia Industrial, UFRJ, RJ
- \_\_\_\_\_ (2014). **História, Estratégia e Desenvolvimento: Para uma Geopolítica do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2014.
- FONSECA, P.C.D. (2012<sup>a</sup>). “Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil”. In: Bastos, P.P.Z & Fonseca, P.C.D. Eds. **Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade**. 1ed. São Paulo: Unesp, p. 21-49.
- FONSECA, P.C.D. (2012b). “A Revolução de 30 e a Economia Brasileira”. **Revista Economia**, 13 (3b) set-dez., pp. 843-866.
- FURTADO, C. (1963). **Formação Econômica do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- GERSCHENKRON, A. (1976). **Economic backwardness in historical perspective: a book of essays**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University.
- HONIG, J.W. (2011). “The Idea of Total War: From Clausewitz to Ludendorff”. In.: **The Pacific War as Total War: Proceedings of the 2011 International Forum on War History**, pp. 29-41. Tokyo: National Institute for Defence Studies.
- JOHNSON, C. (1982). **MITI and the Japanese Economic Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925 - 1975**. Stanford: Stanford University Press.
- LIST, F. (1983). **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural.
- LUZ, N.V. (1961). **A Luta pela industrialização no Brasil (1808 a 1930)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- MARTINS, L. (1991). **Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64**. São Paulo: Paz e Terra.
- MELLO, L. I. A. (2012). **Argentina e Brasil: A Balança de Poder No Cone Sul**. 2. ed. São Paulo: Hucitec.
- PERISSINOTTO, R. (2014). “O conceito de estado desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino”. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , 22 (52), pp. 59-75. DOI: 10.1590/1678-987314225205.
- PERISSINOTTO, R. COSTA, PRN ; NUNES, W; ILHA, A. (2014). “Elites estatais e industrialização: ensaio de comparação entre Brasil, Argentina e México (1920-1970)”. **Revista de Economia Política (Impresso)**, v. 34, p. 503-519, 2014. DOI: 10.1590/S0101-31572014000300009.
- PETTY, W. (1983). **Obras Econômicas**. São Paulo: Abril Cultural.
- RIZZO DE OLIVEIRA, E. (1976). **Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964 - 1969)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp.
- SKOCPOL, T. (1985). “Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research”. In.: Evans, P; Rueschemeyer, D & Skocpol, T. Eds. **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press.
- SMITH, A. (1988). **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural.
- SODRÉ, N.W. (1967). **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (1978). **Introdução à Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Ciências Humanas.
- STEPAN, A. (1975). **Los Militares y la Política**. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

- SUZIGAN, W. (1975). “Industrialização e Política Econômica: Uma Interpretação em Perspectiva Histórica”. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, 2 (5), pp. 433-474.
- TAVARES, M.C. (1963). “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações”. In: M.C. Tavares, 1972. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_. 1974 (1998). **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, mimeo e Campinas: Unicamp
- \_\_\_\_\_. 1978 (1998) **Ciclo e crise o movimento recente da industrialização brasileira**. UFRJ, mimeo e 1998, Campinas: Unicamp.
- TILLY, C. (1996). **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Ed. UNESP.
- TRAVASSOS, M. (1938). **Projeção Continental do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nacional
- VIEIRA, R.Z. (2013). **Lembra-vos da Guerra: Ameaça Geopolítica, Organização do Estado e Desenvolvimento Econômico no Pensamento Militar Brasileiro (1913-1964)**. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- WEFFORT, F. (1978). **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

#### **FONTES - Periódicos:**

**A DEFEZA NACIONAL: Revista de Assumptos Militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1913 -. ISSN. 0011 – 7641.